

7
Ao EXPEDIENTE DO DIA
Em 05 de 09 de 97
Em 04 de 09 de 97
Procedimento



ESTADO DA PARAÍBA
GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR

A Divisão de Assessoria ao Plenário

Em 03 / 09 / 97

Secretário Legislativo



OFÍCIO GS/GCG/N.º 00110/97

João Pessoa, 28 de agosto de 1997

Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos, venho devolver a Vossa Excelência, o Autógrafo do Projeto de Lei n.º 589/96, que "Proíbe a utilização de pára-raios que contenham materiais radioativos no Estado da Paraíba e dá outras providências", encaminhado nesta data a essa Augusta Casa Legislativa, com as razões do VETO ao mesmo aposto.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência e aos seus ilustres pares, os protestos de alto apreço e especial consideração.

Atenciosamente,


SOLON HENRIQUES DE SÁ E BENEVIDES
Secretário Chefe do Gabinete Civil do Governador

Ao Excelentíssimo Senhor
INALDO ROCHA LEITÃO
Presidente da Assembleia Legislativa
NESTA

Ao Secretário Legislativo
Em 02 / 09 / 97
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DA PARAÍBA

IVO PERON ROCHA LEITÃO
CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA



VETO

No uso das atribuições que me confere o artigo 86, inciso V, da Constituição, veto, integralmente, o Projeto de Lei de iniciativa de membro do Poder Legislativo que " proíbe a utilização de pára-raios que contenham materiais radioativos no Estado da Paraíba e dá outras providências ".

Segundo o disposto no art. 22, inciso XXVI, da Constituição Federal, é dá competência privativa da União legislar sobre

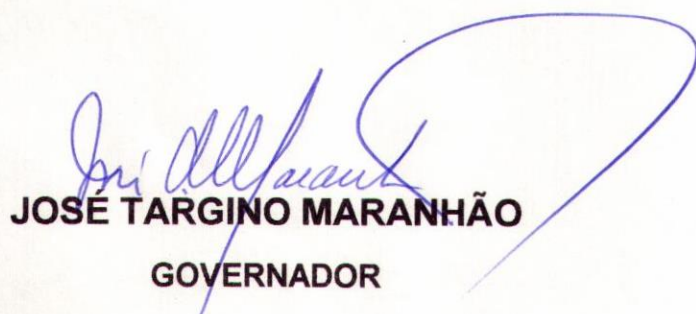
" atividades nucleares de qualquer natureza ".

Em consequência as normas sobre o uso de material radioativo se inserem na competência da legislação federal , cabendo à Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, órgão ligado à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República o controle sobre o emprego desses materiais (Lei 6.189/74, alterada pela Lei 7.781, de 27.01.89).

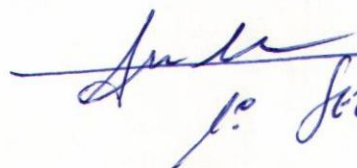
3

Assim, e por considerar que o Estado não tem competência para legislar sobre a matéria, veto, em sua totalidade, o referido Projeto de Lei, e o faço com fundamento no art. 65, § 1º, da Constituição Estadual, por considerá-lo inconstitucional.

Remeta-se à Assembléia Legislativa, para os fins constitucionais previstos.


JOSE TARGINO MARANHÃO
GOVERNADOR

OBS: MANTIDO O VETO COM:
95 VOTOS FAVORÁVEIS (NÃO)
01 VOTOS CONTRÁRIOS (SIM)
FM SEGUNDA ORDINARIA, REALIZADA
NO DIA 09.10.97, NO PLENÁRIO
DA CASA DE LEGISLAÇÃO DO ESTADO.


1º SECRETÁRIO



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Casa de Epitácio Pessoa



AUTÓGRAFO Nº 278/97
PROJETO DE LEI Nº 589/96

VETO

Nº 58/97

João Pessoa, 1 / 1


José Targino Maranhão
GOVERNADOR

Proibe a Utilização de Para-Raios que
tenham materiais radioativos no
Estado da Paraíba e dá outras
providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - Fica proibido em todo território paraibano a utilização de Pára-raios que contenha materiais radioativos.

Art. 2º - Os Pára-raios radioativos já instalados, deverão ser desativados e recolhidos à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), no prazo de 180 dias.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, João Pessoa, em
18 de junho de 1997.


INALDO LEITÃO
Presidente



Estado da Paraíba
Assembleia Legislativa



Registrado no Livro de Plenário

às Fls. 58/97 sob No 58/97

em, 05 / 09 / 97

[Signature]

Publicado no Diário do Poder

Legislativo do Dia / /

de 19

em / /

SECRETÁRIO

Remetido à Secretaria Legislativa

Em / /

Diretor da Ass. ao Plenário

Designo como Relator
o Deputado Tarciso L.
Em, 21 / 09 / 97

[Signature]
Presidente



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

VETO TOTAL Nº 58/97

(AO PROJETO DE LEI Nº 589/96)

PROIBE A UTILIZAÇÃO DE PARA-
RAIOS QUE CONTENHAM
MATERIAIS RADIOATIVOS NO
ESTADO DA PARAÍBA E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VETO TOTAL : GOVERNADOR DO ESTADO
AUTOR DO PL: Dep. DOMICIANO CABRAL
RELATOR : Dep. TARCIZO TELINO

PARECER Nº 207/97

RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, recebe para exame e parecer, com amparo legal no Art. 174, Parágrafo 1º, do Regimento Interno da Casa, o Veto Total aposto pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado ao Projeto de Lei No. 589/96, de autoria do Deputado Domiciano Cabral, que pretende proibir a utilização de pára-raios que contenham materiais radioativos no Estado da Paraíba.

Usando das prerrogativas constitucionais, conferida pelo artigo pelo artigo 86, inciso V, da Constituição Estadual, VETA o Governador integralmente o Projeto de Lei nº 589/96, alegando em sua justificativa que o Estado não tem competência para legislar sobre o assunto, é competência privativa da União, nos termos do artigo 22, inciso XXVI, da Constituição Federal.

É relatório.

VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 589/96, vetado totalmente pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, trata de proibir em todo território paraibano a utilização de pára-raios que contenham materiais radioativos, que deverão ser desativados e recolhidos à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), no prazo de 180 dias.

Entende sua Excelência, que a matéria não é de competência do Estado, visto estar a mesma definida no artigo 22, inciso XXVI, da Constituição Federal, cuja a competência de legislar sobre o assunto é privativa da União:



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

"Art. 22 - Compete privativamente à União legislar sobre: XXVI - atividades nucleares de qualquer natureza;"

Além do fundamento acima, o Governador alega ainda, a imposição de veto total a matéria, o fato de que as normas sobre o uso de material radioativo se inserem na competência da legislação federal, cabendo à Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, o controle sobre o emprego desses materiais.

Isto posto, designado regimentalmente para relatar a matéria, e após retida análise, atinente a fundamentação das razões de veto, venho corroborar com o entendimento do Chefe do Poder Executivo Estadual, acostando o meu voto pela **MANUTENÇÃO DO VETO TOTAL**, aposto ao Projeto de Lei nº 589/96.

É o voto.


Dep. TARCIZO TELINO
RELATOR

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, fulcrada na exposição do senhor relator Dep. Tarcizo Telino, vota pela **MANUTENÇÃO DO VETO TOTAL**, aposto ao Projeto de Lei nº 589/96.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de setembro de 1997.


DEP. ZENÓBIO TOSCANO
PRESIDENTE


DEP. TARCIZO TELINO
RELATOR


DEP. ANTONIO IVO
MEMBRO


DEP. CHICO LOPES
MEMBRO

DEP. VITAL FILHO
MEMBRO

DEP. FERNANDO MELO
MEMBRO


DEP. JOÃO PAULO
MEMBRO

Aprovado o Parecer da
discussão única.

Em 09/10/97

BEL-EJCC/0589VT



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Casa de Eptácio Pessoa

Ofício nº 1.044

João Pessoa, em 09 de outubro de 1997

Senhor Governador,

Participo a Vossa Excelência, que esta Assembléia manteve o Veto nº 58/97 ao Projeto de Lei nº 589/96, objeto do ofício nº GS/GCG/Nº 00110/97.

Atenciosamente,




INALDO LEITÃO
Presidente

Excelentíssimo Senhor
JOSÉ TARGINO MARANHÃO
Governador do Estado da Paraíba
Nesta/

Veto N° 58/97-

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA
13ª LEGISLATURA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
LISTA DE COMPARECIMENTO DOS SENHORES DEPUTADOS
117ª Sessão Ordinária (9:30) hs.

Nº	DEPUTADOS		ASSINATURA	OBSERVAÇÃO
01 <i>f</i>	AÉRCIO PEREIRA DE LIMA	PFL		
02 <i>e</i>	ANTÔNIO IVO DE MEDEIROS	PMDB		
03 <i>c</i>	ANTÔNIO NOMINANDO DINIZ	PMDB		
04 <i>f</i>	ARIANO MÁRIO FERNANDES FONSECA	PMDB		
05 <i>e</i>	ARISTOTELES TOTA AGRA	PV		
06 <i>e</i>	CARLOS MARQUES DUNGA	PMDB		
07 <i>f</i>	DJACI FARIAS BRASILEIRO	PMDB		
08 <i>f</i>	DONA DIDA	PFL		
09 <i>f</i>	ESTEFÂNIA PEDROSA MAROJA	PMDB		
10 <i>e</i>	FERNANDO RODRIGUES DE MELO	PMDB		
11 <i>c</i>	FRANCISCA GOMES DE ARAÚJO MOTTA	PMDB		
12 <i>c</i>	FRANCISCO LOPES DA SILVA	PT		
13 <i>c</i>	GERVÁSIO BONAVIDES MARIZ MAIA	PMDB		
14	GILBRAN GAUDÊNCIO ASFORA	PMDB	LICENCIADO	
15 <i>c</i>	INALDO ROCHA LEITÃO	PMDB		
16 <i>c</i>	JOÃO PAULO BARBOSA LEAL	PFL		
17 <i>f</i>	JOSÉ DOMICIANO CABRAL	PMDB		
18 <i>c</i>	JOSÉ LACERDA NETO	PFL		
19 <i>c</i>	JOSÉ LUIZ JÚNIOR	PMDB		
20	JOSÉ ADEMIR PEREIRA DE MORAIS	PFL	LICENCIADO	
21 <i>f</i>	JOSÉ ROMERO DE ALMEIDA FERREIRA	PSDB		
22 <i>f</i>	JOSÉ WILSON SANTIAGO	PDT		
23 <i>e</i>	LINDOLFO PIRES NETO	PMDB		
24 <i>e</i>	LUIZ ALBUQUERQUE COUTO	PT		
25 <i>c</i>	NETO FRANCA	PDT		
26 <i>f</i>	NILO FEITOSA MAYER VENTURA	PFL		
27 <i>c</i>	PADRE ADELINO	PT		
28 <i>e</i>	ROBERTO PEDRO MEDEIROS	PMDB		
29 <i>c</i>	ROBSON DUTRA DA SILVA	PMDB		
30 <i>e</i>	SEBASTIÃO TIÃO GOMES PEREIRA	PMDB		
31 <i>c</i>	TARCIZO TELINO DE LACERDA	PMDB		
32	VALDECI AMORIM RODRIGUES	PPB	LICENCIADO	
33	VANI LEITE BRAGA DE FIGUEIREDO	PDT	LICENCIADA	
34 <i>e</i>	VITAL DO REGO FILHO	PDT		
35 <i>e</i>	WALTER CORREIA DE BRITO	PMDB		
36 <i>e</i>	ZENÓBIO TOSCANO DE OLIVEIRA	PMDB		

	SUPLENTE		ASSINATURA	OBSERVAÇÃO
01 <i>e</i>	FRANCISCO DE ASSIS QUINTANS	PPB		
02 <i>e</i>	PEDRO PASCOAL	PMDB		
03 <i>f</i>	BERTRAND FREIRE MEDEIROS	PFL		
04 <i>e</i>	MARTA RAMALHO	PDT		
05				
06				

Sala das Sessões, 09 de outubro de 1997.

Comp. _____

26

2º SECRETÁRIO